



Tribunal de Contas dos Municípios
Ato publicado no D.O.E nº 162
de 28 / 08 / 17, pg. 16
Responsável

ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
Gabinete do Conselheiro Sérgio Franco Dantas

RESOLUÇÃO Nº 13.368/2017

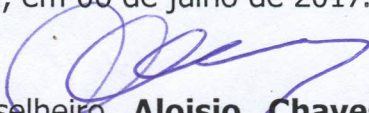
Processo : 201705691-00
Origem : Prefeitura Municipal de Soure
Assunto : Consulta
Interessado : Carlos Augusto de Lima Gouvea- Prefeito Municipal
Relator : **Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas**

EMENTA: Consulta. Juízo de Admissibilidade pelo conhecimento e no mérito responder.

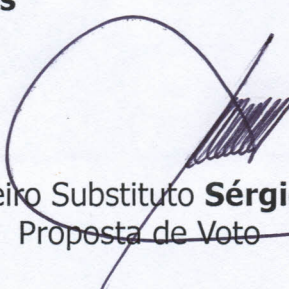
RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e proposição de voto do Conselheiro Substituto Relator, que passam a integrar esta decisão:

I – Conhecer a presente Consulta e no mérito responder, no sentido de ratificar os termos do Préjulgado de Tese nº04/2016, aprovado pela Resolução nº12.941/2016-TCM-Pa, e considerar vedada a concessão de aumento real de remuneração a quaisquer grupo de servidores, quando o município tiver excedido a 95%(noventa e cinco por cento) de limite de despesa com pessoal, nos termos do Artigo 22, Parágrafo Único, Inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 06 de julho de 2017.


Conselheiro **Aloisio Chaves**
Presidente da Sessão


Conselheiro **Daniel Lavareda**
Relator Originário


Conselheiro Substituto **Sérgio Franco Dantas**
Proposta de Voto

Presentes: Conselheiros Mara Lúcia, Sérgio Leão, Substituto Alexandre Cunha, Ministério Público Maria Regina Cunha, Procuradora Chefe.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO SÉRGIO FRANCO DANTAS

Fl. 04

Processo nº: 201705691-00
Município: Soure
Órgão: Prefeitura Municipal
Assunto: Consulta. Limites de despesa com pessoal. Auxílio-alimentação e reajuste.
Exercício: 2017
Responsável: Carlos Augusto de Lima Gouvea

JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

Trata-se de CONSULTA formulada pela Prefeitura Municipal de Soure, representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Carlos Augusto de Lima Gouvea, com amparo no art. 1º, XVI¹, da Lei Complementar Estadual nº 109/2016, na qual apresenta os seguintes questionamentos, considerando a hipótese do município ter atingido o limite prudencial para despesas com pessoal, previsto no art. 22, P.U, I², da Lei de Responsabilidade Fiscal:

- a) *Seria permitida a concessão de salário indireto, como, por exemplo, auxílio-alimentação?*
- b) *Eventual pagamento da parcela acima referida deveria ter respaldo na legislação municipal?*
- c) *Seria possível a concessão de aumento real de salários de apenas determinado grupo de servidores, como, por exemplo, os lotados na Secretaria de Saúde?*

DA PRELIMINAR

Analizados os critérios de admissibilidade da presente consulta, verifico, com fulcro no art. 299, I do Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – RITCM/PA³, a observância quanto aos requisitos legais no que se refere a legitimidade para a sua

1 Art. 1º. Ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, órgão de controle externo da gestão de recursos públicos municipais, compete, nos termos da Constituição do Estado e na forma desta Lei Complementar:

XVI - Responder à consulta técnica que lhe seja formulada, em tese, por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares, concernentes à matéria de sua competência, bem como aquelas fundamentadas em caso concreto, nas hipóteses e forma estabelecidas no Regimento Interno;

2 Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

3 Art. 299 do RITCM/PA – Estão legitimados a formular consulta:

I – o Prefeito;



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO SÉRGIO FRANCO DANTAS

2
H.05

Processo nº: 201705691-00
Município: Soure
Órgão: Prefeitura Municipal
Assunto: Consulta. Limites de despesa com pessoal. Auxílio-alimentação e reajuste.
Exercício: 2017
Responsável: Carlos Augusto de Lima Gouvea

propositura, bem como o atendimento aos requisitos materiais constantes do art. 298⁴ do mesmo diploma.

Vale ressaltar que, sobre os dois primeiros questionamentos, já houve deliberação plenária, através do Prejulgado de Tese nº 004/2016, aprovado pela Resolução nº 12.491/2016-TCM/PA, de modo que, nos termos do art. 301, §2º do RITCM, as respostas a estes quesitos apenas remeterão àquela consulta. Quanto ao terceiro quesito, será respondido adiante.

DO MÉRITO

No mérito, respondo, em tese, aos questionamentos abaixo, considerando a hipótese do município ter atingido o limite prudencial para despesas com pessoal, previsto no art. 22, P.U, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal:

a) Seria permitida a concessão de salário indireto, como, por exemplo, auxílio alimentação?

Conforme Prejulgado de Tese nº 004/2016, aprovado pela Resolução nº 12.491/2016-TCM/PA, que segue anexo, “restou sedimentado o entendimento pela possibilidade de concessão de tal parcela e sua não inclusão da despesa no rol que compõe as nomeadas despesas com pessoal, dada sua natureza indenizatória, afastando, por conseguinte, impactos nas folhas de pagamento de pessoal, incorporação ao vencimento dos servidores e/ou incidência para cálculo de recolhimentos previdenciários”.

4 Art. 298. O Tribunal responderá sobre matéria de sua competência às consultas que lhe forem formuladas, conforme o disposto no art. 1º, XVI, da Lei Complementar nº 084, devendo atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

I – ser formulada por autoridade legítima;

II – ser formulada em tese;

III – conter a apresentação objetiva dos quesitos, com indicação precisa da dúvida quanto à interpretação e aplicação de dispositivos legais e regulamentares;

IV – versar sobre matéria de competência do Tribunal de Contas.

5 Art. 301. Se sobre a matéria objeto da consulta já houver deliberação plenária, o órgão técnico ou unidade técnica eventualmente consultada dela dará ciência ao Conselheiro Relator, juntando o referido prejulgado à sua manifestação.

§ 2º Na hipótese mencionada no caput, o Conselheiro Relator oficiará ao consulente, remetendo-lhe cópia da decisão constituída em prejulgado.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO SÉRGIO FRANCO DANTAS

7.06

Processo nº: 201705691-00
Município: Soure
Órgão: Prefeitura Municipal
Assunto: Consulta. Limites de despesa com pessoal. Auxílio-alimentação e reajuste.
Exercício: 2017
Responsável: Carlos Augusto de Lima Gouvea

b) Eventual pagamento da parcela acima referida deveria ter respaldo na legislação municipal?

Ainda de acordo com o referido prejulgado, “alguns requisitos mínimos são exigidos para a regularidade da despesa, dos quais se destacam: (I) a previsão legal no município; (II) a previsão orçamentária; (III) a realização de processo licitatório para aquisição das cestas básicas ou de empresa que administre o ‘vale-alimentação’, e, ainda (IV) observar o princípio da isonomia, ou seja, o benefício deve alcançar a totalidade dos servidores da Administração Municipal na ativa, vinculados ao Poder Público, ora concedente”.

Acrescente-se que, por se tratar de criação de ação governamental que acarreta aumento de despesa, impõe-se ainda observar o previsto no art. 16 da LC nº 101/2000, devendo o ato ser acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

c) Seria possível a concessão de aumento real de salários de apenas determinado grupo de servidores, como, por exemplo, os lotados na Secretaria de Saúde?

Neste quesito, importante fazer a distinção entre reajuste e revisão geral anual. Enquanto esta visa a recomposição da perda do poder aquisitivo da remuneração dos agentes públicos, ocorrida em decorrência do processo inflacionário, o reajuste tem por objetivo o aumento real da remuneração.

A revisão geral anual é obrigatoriamente extensível a todos os servidores, sempre na mesma data e sem distinção de índices, por força do art. 37, X⁶, da CF. O reajuste, por sua vez, constitui aumento real, decorrente de reestruturação e/ou melhoria de determinadas carreiras no

6 Art. 37. X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO SÉRGIO FRANCO DANTAS

4
P.07

Processo nº: 201705691-00
Município: Soure
Órgão: Prefeitura Municipal
Assunto: Consulta. Limites de despesa com pessoal. Auxílio-alimentação e reajuste.
Exercício: 2017
Responsável: Carlos Augusto de Lima Gouvea

setor público ou, ainda, correspondente a ajuste no valor do vencimento base do servidor. É efetuado, obrigatoriamente, mediante lei específica, de iniciativa do chefe do Poder concedente, com base no mesmo dispositivo.

Assim, a princípio, seria possível a concessão de aumento real limitado a determinado grupo de servidores, porém, na situação hipotética levantada pelo consulente, de que o município já ultrapassou 95% (noventa e cinco por cento) do limite com despesa de pessoal, é vedada a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão geral anual.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO SÉRGIO FRANCO DANTAS

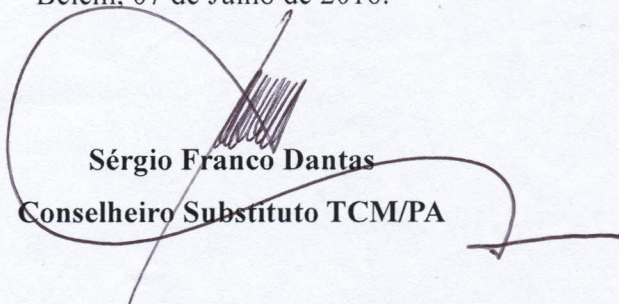
11.08

Processo nº: 201705691-00
Município: Soure
Órgão: Prefeitura Municipal
Assunto: Consulta. Limites de despesa com pessoal. Auxílio-alimentação e reajuste.
Exercício: 2017
Responsável: Carlos Augusto de Lima Gouvea

VOTO

Diante do exposto, observadas as formalidades legais, no desempenho das minhas competências regimentais, conferidas pela Resolução Administrativa nº 07-TCM/PA de 09.02.2017, na condição de Conselheiro Relator, exerço o juízo de mérito e decido responder a consulta formulada pelo Prefeito Municipal de Soure, no sentido de: (i) ratificar os termos do Prejulgado de Tese nº 004/2016, aprovado pela Resolução nº 12.491/2016-TCM/PA; (ii) considerar vedada a concessão de aumento real de remuneração a quaisquer grupos de servidores, quando o município tiver excedido a 95% (noventa e cinco por cento) do limite com despesa de pessoal, nos termos do art. 22, P.U., I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Belém, 07 de Julho de 2016.


Sérgio Franco Dantas
Conselheiro Substituto TCM/PA